

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO-SANTENSE, pessoa jurídica de direito privado de utilidade pública, inscrita no CNPJ sob nº 28.127.926/0002-42, estabelecida na Avenida Paulo Pereira Gomes, s/n, Morada de laranjeiras, Serra – ES, CEP: 29166-828, que atua como gestora do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, torna público a realização do processo de contratação emergencial, para atender as medidas de enfrentamento da saúde pública, em virtude da pandemia do Covid –19, assim estabelecido na Lei nº. 13.979/2020.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

<p>I. Data da Publicação: 18/05/2021</p> <p>II. Data limite para o recebimento das propostas: 17 horas de 21/05/2021</p> <p>III. Endereço eletrônico para envio das propostas: compras.tr@hejsn.aebes.org.br</p> <p>I. O resultado da contratação será divulgado através do site http://www.evangelicovv.com.br/institucional/129-briefings-hejsn</p> <p>II. Pedidos de esclarecimentos: Será permitido esclarecimento de dúvidas até o segundo dia útil (sugestão) após a publicação do Termo de Referência Simplificado, somente através do e-mail: contratos@hejsn.aebes.org.br</p> <p>III. O envio da proposta para a prestação de serviços, importará no aceite total dos termos apresentados neste Termo de Referência Simplificado e Minuta de Contrato em anexo.</p>
--

2. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

Considerando a portaria nº 038-R, de 19 de março de 2020 da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo - SESA, que estabelece o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves como referência hospitalar no tratamento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave, provocada pelo Coronavírus, bem como em razão da ampliação do objeto do Contrato de Gestão nº 001/2014, é necessário, de forma emergencial, para atendimento e operacionalização do Anexo HEJSN, adequar as suas contratações ao cenário atual, visando atender a saúde pública do estado.

3. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação Prestação de serviços médicos em Radiologia Diagnóstica, incluindo Ultrassonografias, Ecografias vasculares com doppler, Ecocardiografias transtorácicas e transesofágicas, e laudos de Raio X, por meio de médicos capacitados, nas Unidades de Internação do Anexo HEJSN, se reportando à Direção Técnica do Hospital, disponibilizando equipe qualificada e especializada, em conformidade com a Resolução CFM Nº 2.221/2018.

3.1 ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

3.2 Incluem-se no objeto deste contrato:

a) Emissão de laudos dos RX realizados no Hospital, e emissão de laudos dos exames realizados pela equipe médica deste contrato (Ultrassonografias Ecografias vasculares com doppler, Ecocardiografias),

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

b) Disponibilização de profissionais médicos em quantidade e qualidade necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, de acordo com a necessidade da demanda da CONTRATANTE;

c) Execução dos serviços, objeto deste contrato, em conformidade com as necessidades da demanda da CONTRATANTE;

d) Os procedimentos realizados devem obedecer a todos os protocolos exigidos por lei, determinação do Conselho Regional de Medicina ou do gestor do SUS local;

e) Elaboração, organização e cumprimento de protocolos nas especialidades citadas no objeto deste, seguindo preferencialmente as diretrizes clínicas da Associação Médica Brasileira - AMB e Conselho Federal de Medicina - CFM, além das sociedades de especialidades;

e) Para a execução dos serviços objeto contrato, a CONTRATADA obriga-se na manutenção de permanência contínua de profissional médico na escala presencial e de sobreaviso, nos períodos definidos pela contratante.

3.3 Deverão atuar nas dependências do Anexo HEJSN, e como se trata de serviço em processo de abertura, com previsão de conclusão da instalação dos 133 leitos de Enfermaria e 19 de UTI de forma progressiva, o início das atividades médicas se dará proporcionalmente a abertura dos leitos de acordo com escala proposta pela CONTRATANTE.

3.4 Os serviços prestados serão realizados pela CONTRATADA, tendo por executores, profissionais médicos com Residência médica ou título da Sociedade da Especialidade em questão, plena e legalmente aptos, capacitados e habilitados.

3.5 Para as atividades desenvolvidas na Radiologia Diagnostica no Anexo HEJSN, a CONTRATADA deverá assumir as seguintes obrigações:

a) Realizar exames de Ultrassonografias, Ecografias vasculares com doppler, Ecocardiografias nos pacientes internados, conforme a demanda clínica dos pacientes e solicitações feitas pelos médicos assistentes;

b) Realizar exames de ultrassonografia de abdome e ecocardiografia transtorácica em caráter de sobreaviso, mediante urgência/emergência, autorizada pela coordenação médica do setor onde se encontra o paciente, nos casos em que o resultado do exame seja necessário para definição de conduta médica;

c) Realizar exames de ecocardiografia transesofágica, apenas com autorização/aprovação da solicitação do exame pela Diretoria Técnica.

d) Disponibilizar horário presencial para atendimento aos pacientes internados pela equipe médica da CONTRATADA (agenda de urgência eletiva) durante 4hs/dia em dias úteis;

e) Disponibilizar escala médica de sobreaviso para ultrassonografia para atendimento às solicitações de urgência desse exame para pacientes internados, mediante aprovação da Coordenação Médica do setor, nos horários e dias não cobertos pela agenda da urgência eletiva;

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

f) Comunicar ao Corpo Clínico através de registros e evoluções nos sistemas MP PEP e contato direto, sobre achados críticos nos exames realizados;

g) Disponibilizar no sistema MV PEP os resultados/laudos dos exames realizados com o prazo máximo de 24h após sua prescrição para os exames não urgentes, com exceção dos exames solicitados aos fins de semana e feriados, para os quais deverá ser considerado o primeiro dia útil. Para os casos de solicitações de urgência, o laudo deve ser entregue imediatamente após a realização do exame.

h) Substituir ou se fazer substituir em casos de bloqueio de agenda, imprevistos ou indisponibilidade de comparecimentos, com o objetivo de cobrir agenda. A substituição deverá ser por profissional com vínculo com a CONTRATADA.

i) Colaborar e interagir com o corpo clínico da CONTRATANTE para o atingimento de metas Institucionais e ações estratégicas.

j) Notificar a CONTRATANTE de eventos adversos em caso de exames solicitados sem indicação.

k) Notificar a CONTRATANTE, em tempo real, através de seu coordenador, diretamente à Direção Técnica, as ocorrências de retificação de laudos de ultrassonografia e ecocardiografia, caso ocorra.

l) Através do Coordenador Médico, que obrigatoriamente deverá ter residência médica e/ou título de especialista com RQE, realizar a gestão e acompanhamento presencial dos serviços de Radiologia Diagnostica, incluindo levantamento, análise e apresentação dos indicadores dessa equipe, conforme necessidade do hospital, e realizar reuniões internas mensais com os médicos para alinhamento, planejamento, discussão dos casos e correção de rota;

m) Quanto as ECOCARDIOGRAFIAS:

- Elaborar laudos em formato padrão, conforme as recomendações de qualidade ecocardiográfica de acordo com a American Society of Echocardiography Recommendations for Quality Echocardiography Laboratory Operations 2011 (Sociedade Americana de Ecocardiografia), abaixo:

"As imagens bidimensionais devem oferecer definição adequada do endocárdio para que se possa avaliar com acuidade a sua morfologia e movimento. As imagens devem ser adquiridas nos planos padrões com todas as suas estruturas visualizadas dentro de cada respectivo plano. As medições devem ser feitas e registradas apenas quando se tem certeza de que são corretas e reprodutíveis. Se a medição de uma estrutura não pode ser realizada; uma avaliação qualitativa da estrutura deve ser incluída no relatório, a não ser que esta avaliação não seja possível também. Em caso de regurgitação valvar, pelo menos dois planos de imagem devem ser utilizados para avaliar o fluxo com o Doppler colorido. Em caso de estenose valvar, vários ângulos devem ser utilizados para avaliar o grau de estenose e saber a velocidade máxima de fluxo através da válvula estenótica. Em casos de estenose aórtica, por exemplo, deve haver observação de pelo menos três incidências. A pressão sistólica no ventrículo direito (que também é a pressão sistólica da artéria pulmonar na ausência de estenose pulmonar) deve ser sempre avaliada na presença de regurgitação tricúspide. Se o sinal relativo ao jato de regurgitação tricúspide estiver fraco e a estimativa da pressão sistólica da artéria pulmonar for clinicamente importante, recomenda-se a intensificação do sinal do Doppler através do uso de contraste salino agitado. Um exame completo deve ser feito sempre que possível, à exceção de casos em que a realização do exame completo possa retardar tratamentos críticos, ou quando um ecocardiograma completo foi realizado há pouco tempo e o objeto de reanálise tenha sido amplamente avaliado no exame prévio (por exemplo, "o derrame pericárdico ainda está presente?").

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

- Deverão incluir-se todos os cortes e imagens necessários ao esclarecimento diagnóstico. Por exemplo: variações do fluxo devidas a derrame pericárdico, amostras de Doppler em locais específicos de valvopatias, e inclusão de parâmetros sistólicos e diastólicos no acompanhamento evolutivo da função ventricular.

- Elementos Necessários para Avaliação em Revisões de Qualidade de Interpretação Ecocardiográfica:

Ecocardiografia Transtorácica:

1. Tamanho das câmaras e da aorta
2. Espessura parietal do VE
3. Função global do VE Fração de Ejeção
4. Função regional do VE Localização e gravidade das anormalidades regionais de contratilidade
5. Função diastólica
6. Função do VD
7. Estrutura valvar e função: quantificação de regurgitação e estenose
8. Quantificação da pressão sistólica do VD
9. Reconhecimento de anormalidades maiores

Ecocardiografia Transesofágica:

1. Avaliação da estrutura e função valvar: quantificação de regurgitação e estenose
2. Função global do VE Fração de ejeção, quando possível
3. Função regional do VE, quando possível
4. Função do VD
5. Avaliação da aorta ascendente e descendente
6. Reconhecimento de anormalidades maiores (incluindo trombo no apêndice atrial esquerdo)".

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de Julgamento será o Menor Valor Global.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 31 de maio de 2021 a 30 de junho de 2021, podendo ser rescindido antecipadamente ou prorrogado mediante manutenção do período pandêmico e diretrizes da Secretária de Estado da Saúde.

6. DA HABILITAÇÃO OBRIGATÓRIA

Para habilitação, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

6.1. Habilitação Jurídica:

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- II. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais ou cooperativas e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;
- V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- VI. Certidão do Sistema Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- VII. Certidão Negativa retirada do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;

6.2. Qualificação Técnica:

- i. Alvará de funcionamento e demais alvarás obrigatórios em relação ao ramo de atividade desenvolvida. (Exemplos: Alvará de vigilância sanitária e corpo de bombeiro);
- ii. Anotação de responsabilidade e regularidade técnica, se houver imposição legal para a atividade desenvolvida;
- iii. CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, compatível com o objeto da contratação para qual será contratada.
- iv. Atestado de capacidade técnica com experiência mínima de 04 anos na área da prestação de serviço objeto do TR, conforme anexo I;
- v. Certidão negativa de débitos junto ao Conselho Regional de Medicina-CRM;
- vi. Relação dos profissionais que executarão as atividades com os respectivos documentos: Diploma de conclusão de curso; Certidão de Infração Ética (NADA CONSTA) emitida pelo conselho profissional; Currículo; Cópia da Carteira profissional; Comprovante de residência; Quitação da anuidade do conselho de classe; Certificado de especialidade médica ou residência médica, certificado de registro de qualificação de especialista

6.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- I. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

- II. Prova de regularidade perante a Seguridade Social, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - i. Certidão de Regularidade Fiscal emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
 - ii. CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- III. Comprovação do vínculo dos profissionais executantes com a empresa prestadora de serviços, conforme anexo II;
- IV. É requisito para habilitação da empresa capital social compatível com o número de empregados, observando-se parâmetros estabelecido no Art. 4º-B da Lei 13.429, de 31 de março de 2017;
- V. Excepcionalmente, os documentos relativos ao Manual de Terceiro, assinalados no anexo III, deverão ser apresentadas e entregues até o 40º (quadragésimo) dia após a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, sob pena de rescisão.

6.4 Os documentos devem ser enviados juntamente com a proposta, através do e-mail indicado item 1, III deste Termo de Referência, sob pena de eliminação.

6.5 A qualificação exigida deverá ser mantida vigente durante toda vigência do contrato a ser firmado com a empresa ganhadora.

6.6 Se a empresa estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os documentos listados no item 6 devem ser enviados, juntamente com a proposta, através do e-mail indicado item 1, III deste Termo de Referência Simplificado.

7.2 A qualificação exigida deverá ser mantida vigente durante toda vigência do contrato a ser firmado com a empresa ganhadora.

7.3 O presente Termo de Referência Simplificado não importa necessariamente em contratação, podendo a AEBES revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos interessados. A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas e divulgação do resultado, bem como corrigir possíveis erros materiais no documento publicado, mediante errata.

7.4 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo de Referência Simplificado será a Comarca de Vitória - ES.

7.5 Aquele que deixar de entregar ou de apresentar documentação exigida no Termo de Referência, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ficará sujeito a reparação dos danos causados ao Hospital.

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

MINUTA DE CONTRATO

(ANEXO I)

CT: **0xx/202x**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MÉDICOS QUE ENTRE SI FAZEM A ASSOCIAÇÃO
EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO
SANTENSE E (RAZÃO SOCIAL DA
CONTRATADA).**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE - AEBES, pessoa jurídica de direito privado, com endereço xxxxxxxx, representada neste ato por seu presidente, Rodrigo André Seidel, brasileiro, casado, pastor, inscrito no CPF sob o nº 576.696.940-68 e portador do RG nº 1041766898 (RS), residente à Rua Jose de Anchieta Fontana nº 143, Centro, Santa Leopoldina, CEP- 29.640-000.

CONTRATADA: (RAZÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL LEGAL, QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL), ajustam o presente contrato de prestação de serviços médicos, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 Prestação de serviços médicos em Radiologia Diagnóstica, incluindo Ultrassonografias, Ecografias vasculares com doppler, Ecocardiografias transtorácicas e transesofágicas, e laudos de Raio X, por meio de médicos capacitados, nas Unidades de Internação do Anexo HEJSN, se reportando à Direção Técnica do Hospital, disponibilizando equipe qualificada e especializada, em conformidade com a Resolução CFM N° 2.221/2018.

1.2 Incluem-se no objeto deste contrato:

- a) Emissão de laudos dos RX realizados no Hospital, e emissão de laudos dos exames realizados pela equipe médica deste Contrato (Ultrassonografia Ecografias vasculares com doppler, Ecocardiografias);
- b) Disponibilização de profissionais médicos em quantidade e qualidade necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, de acordo com a necessidade da demanda da CONTRATANTE;
- c) Execução dos serviços, objeto deste contrato, em conformidade com as necessidades da demanda da CONTRATANTE;
- d) Os procedimentos realizados devem obedecer a todos os protocolos exigidos por lei, determinação do Conselho Regional de Medicina ou do gestor do SUS local;

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

e) Elaboração, organização e cumprimento de protocolos nas especialidades citadas no objeto deste, seguindo preferencialmente as diretrizes clínicas da Associação Médica Brasileira - AMB e Conselho Federal de Medicina - CFM, além das sociedades de especialidades;

e) Para a execução dos serviços objeto contrato, a CONTRATADA obriga-se na manutenção de permanência contínua de profissional médico na escala presencial e de sobreaviso, nos períodos definidos pela contratante;

1.3 Deverão atuar nas dependências do Anexo HEJSN, e como se trata de serviço em processo de abertura, com previsão de conclusão da instalação dos 133 leitos de Enfermaria e 19 de UTI de forma progressiva, o início das atividades médicas se dará proporcionalmente a abertura dos leitos de acordo com escala proposta pela CONTRATANTE.

1.4 Os serviços prestados serão realizados pela CONTRATADA, tendo por executores, profissionais médicos com Residência médica ou título da Sociedade da Especialidade em questão, plena e legalmente aptos, capacitados e habilitados.

1.5 A CONTRATADA declara para todos os fins de direito estar devidamente habilitada, consoante a legislação regulamentar, para a prestação do serviço ora contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 A CONTRATADA deverá:

a) Realizar exames de Ultrassonografias, Ecografias vasculares com doppler, Ecocardiografias nos pacientes internados, conforme a demanda clínica dos pacientes e solicitações feitas pelos médicos assistentes;

b) Realizar exames de ultrassonografia de abdome e ecocardiografia transtorácica em caráter de sobreaviso, mediante urgência/emergência, autorizada pela coordenação médica do setor onde se encontra o paciente, nos casos em que o resultado do exame seja necessário para definição de conduta médica;

c) Realizar exames de ecocardiografia transesofágica, apenas com autorização/aprovação da solicitação do exame pela Diretoria Técnica.

d) Disponibilizar horário presenciais para atendimento aos pacientes internados pela equipe médica da CONTRATADA (agenda de urgência eletiva) durante 4hs/dia em dias úteis;

e) Disponibilizar escala médica de sobreaviso para ultrassonografia para atendimento às solicitações de urgência desse exame para pacientes internados, mediante aprovação da Coordenação Médica do setor, nos horários e dias não cobertos pela agenda da urgência eletiva;

f) Comunicar ao Corpo Clínico através de registros e evoluções nos sistemas MP PEP e contato direto, sobre achados críticos nos exames realizados;

g) Disponibilizar no sistema MV PEP os resultados/laudos dos exames realizados com o prazo máximo de 24h após sua prescrição para os exames não urgentes, com exceção dos exames solicitados aos fins de semana e feriados, para os quais deverá ser considerado o primeiro dia útil. Para os casos de solicitações de urgência, o laudo deve ser entregue imediatamente após a realização do exame.

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

h) Substituir ou se fazer substituir em casos de bloqueio de agenda, imprevistos ou indisponibilidade de comparecimentos, com o objetivo de cobrir agenda. A substituição deverá ser por profissional com vínculo com a CONTRATADA.

i) Colaborar e interagir com o corpo clínico da CONTRATANTE para o atingimento de metas Institucionais e ações estratégicas.

j) Notificar a CONTRATANTE de eventos adversos em caso de exames solicitados sem indicação.

k) Notificar a CONTRATANTE, em tempo real, através de seu coordenador, diretamente à Direção Técnica, as ocorrências de retificação de laudos de ultrassonografia e ecocardiografia, caso ocorra.

l) Através do Coordenador Médico, que obrigatoriamente deverá ter residência médica e/ou título de especialista com RQE, realizar a gestão e acompanhamento presencial dos serviços de Radiologia Diagnostica, incluindo levantamento, análise e apresentação dos indicadores dessa equipe, conforme necessidade do hospital, e realizar reuniões internas mensais com os médicos para alinhamento, planejamento, discussão dos casos e correção de rota;

m) Quanto as ECOCARDIOGRAFIAS:

m.1) Elaborar laudos em formato padrão, conforme as recomendações de qualidade ecocardiográfica de acordo com a American Society of Echocardiography Recommendations for Quality Echocardiography Laboratory Operations 2011 (Sociedade Americana de Ecocardiografia), abaixo:

"As imagens bidimensionais devem oferecer definição adequada do endocárdio para que se possa avaliar com acuidade a sua morfologia e movimento. As imagens devem ser adquiridas nos planos padrões com todas as suas estruturas visualizadas dentro de cada respectivo plano. As medições devem ser feitas e registradas apenas quando se tem certeza de que são corretas e reprodutíveis. Se a medição de uma estrutura não pode ser realizada; uma avaliação qualitativa da estrutura deve ser incluída no relatório, a não ser que esta avaliação não seja possível também. Em caso de regurgitação valvar, pelo menos dois planos de imagem devem ser utilizados para avaliar o fluxo com o Doppler colorido. Em caso de estenose valvar, vários ângulos devem ser utilizados para avaliar o grau de estenose e saber a velocidade máxima de fluxo através da válvula estenótica. Em casos de estenose aórtica, por exemplo, deve haver observação de pelo menos três incidências. A pressão sistólica no ventrículo direito (que também é a pressão sistólica da artéria pulmonar na ausência de estenose pulmonar) deve ser sempre avaliada na presença de regurgitação tricúspide. Se o sinal relativo ao jato de regurgitação tricúspide estiver fraco e a estimativa da pressão sistólica da artéria pulmonar for clinicamente importante, recomenda-se a intensificação do sinal do Doppler através do uso de contraste salino agitado. Um exame completo deve ser feito sempre que possível, à exceção de casos em que a realização do exame completo possa retardar tratamentos críticos, ou quando um ecocardiograma completo foi realizado há pouco tempo e o objeto de reanálise tenha sido amplamente avaliado no exame prévio (por exemplo, "o derrame pericárdico ainda está presente?").

m.2) Deverão incluir-se todos os cortes e imagens necessários ao esclarecimento diagnóstico. Por exemplo: variações do fluxo devidas a derrame pericárdico, amostras de Doppler em locais específicos de valvopatias, e inclusão de parâmetros sistólicos e diastólicos no acompanhamento evolutivo da função ventricular.

m.3) Elementos Necessários para Avaliação em Revisões de Qualidade de Interpretação Ecocardiográfica:

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

m.3.1) Ecocardiografia Transtorácica:

1. Tamanho das câmaras e da aorta
2. Espessura parietal do VE
3. Função global do VE Fração de Ejeção
4. Função regional do VE Localização e gravidade das anormalidades regionais de contratilidade
5. Função diastólica
6. Função do VD
7. Estrutura valvar e função: quantificação de regurgitação e estenose
8. Quantificação da pressão sistólica do VD
9. Reconhecimento de anormalidades maiores

m.3.2) Ecocardiografia Transesofágica:

1. Avaliação da estrutura e função valvar: quantificação de regurgitação e estenose
2. Função global do VE Fração de ejeção, quando possível
3. Função regional do VE, quando possível
4. Função do VD
5. Avaliação da aorta ascendente e descendente
6. Reconhecimento de anormalidades maiores (incluindo trombo no apêndice atrial esquerdo)".

2.2 A CONTRATADA executará as atividades com autonomia, cabendo a CONTRATANTE a fiscalização do cumprimento das obrigações, de forma assegurar a execução do contrato.

2.3 A CONTRATADA se obriga pelo sigilo das informações e nem poderá tornar-se de conhecimento de terceiros, por constituir falta grave e falta de ética dos serviços prestados por parte da CONTRATADA.

2.4 Fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias à plena execução do serviço contratado.

2.5 Realizar os serviços conforme preceitua o objeto deste contrato, nos locais e condições que melhor atenderem às necessidades e conveniências da CONTRATANTE.

2.6 Apresentar um de seus membros como referência ou seu representante perante a CONTRATANTE.

2.7 Respeitar e fazer cumprir rigorosamente, por parte dos profissionais disponibilizados na execução do presente contrato a NR 32 e demais Leis, Portarias e determinações das Autoridades Públicas competentes com relação aos assuntos pertinentes ao objeto deste contrato.

2.8 É de responsabilidade da CONTRATADA, organizar a agenda de trabalho dos profissionais que executarão os serviços objetos deste contrato, ajustando-se às condições que seguem:

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

- a) Será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a elaboração das escalas dos profissionais necessários à prestação dos serviços objeto deste contrato. Estas escalas deverão ser encaminhadas à Direção até o dia 20 (vinte) do mês anterior a ser trabalhado. A CONTRATADA deverá notificar à Direção sempre que houver qualquer modificação nelas, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
- b) Observar com rigor os horários fixados para a realização de todas as atividades médicas nos diversos setores do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, tais como: cirurgias, consultas, visitas, plantões, dentre outras, conforme as normas e rotinas de cada serviço.

2.9 Substituir em 24 (vinte e quatro) horas, o profissional que não atender às necessidades descritas neste contrato e em seus anexos, e/ou que não atenda aos princípios da ética e/ou que não atendam as normas vigentes da instituição, afastando-o de forma imediata.

2.10 Adquirir e custear crachás de identificação e jalecos respeitando as especificações definidas em conjunto com a CONTRATANTE, garantindo o seu uso pelos médicos associados da CONTRATADA e ficando desde já, proibida a circulação com jalecos de outras instituições de saúde nas dependências do hospital.

2.11 Responsabilizar-se civil e criminalmente por meio de seus profissionais pela cobrança de qualquer valor dos pacientes oriundos do SUS, que serão atendidos pelo hospital, sendo que tal prática motivará a exclusão imediata do profissional e sua denúncia às autoridades competentes.

2.12 Prescrever preferencialmente os medicamentos e/ou utilizar materiais que sejam compatíveis com a tabela SUS ou padronizados pela CONTRATANTE, salvo situações de risco de morte para o paciente, comunicando expressamente a CONTRATANTE por meio do sistema MV.

2.13 Quando solicitado, contribuir com os profissionais de outras áreas ou serviços que tenham relação com a especialidade mencionada no objeto deste contrato.

2.14 Participar e contribuir com todos os processos de certificação e acreditação que forem propostos pela CONTRATANTE, atendendo aos requisitos de certificação ISO (Organização Internacional para Padronização) e ONA (Organização Nacional de Acreditação).

2.15 Manter e zelar pelas instalações e pelos equipamentos da CONTRATANTE, existentes nas dependências do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, responsabilizando-se pela sua correta utilização, informando imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência de problemas operacionais.

2.16 Garantir o correto preenchimento das prescrições e evoluções médicas dos pacientes atendidos em qualquer dos ambientes hospitalares, bem como os laudos pertinentes e pareceres, quando necessários.

2.17 Utilizar o Sistema MV para realizar registros de evolução, prescrição médica, solicitação de exames de diagnóstico e procedimentos, solicitar e entregar laudos quando solicitados, e outros quando necessários.

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

2.18 Requerer a substituição da CONTRATANTE, individual ou coletivamente, no polo passivo dos eventuais processos judiciais ou administrativos em que a CONTRATADA deu causa, na ocorrência de ação contra a CONTRATANTE, ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, que venha a ser proposto contra a CONTRATANTE, seja a que título for e a que tempo ocorrer, em virtude do presente contrato. A CONTRATADA concorda ainda, desde já, que a CONTRATANTE denuncie à lide ou chame ao processo, se necessário, a CONTRATADA, na forma do artigo 125 do Código de Processo Civil.

2.19 Não admitir e nem aliciar qualquer empregado que esteja à disposição da CONTRATANTE ou que integre o seu quadro de pessoal.

2.20 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da assinatura deste contrato.

2.21 A CONTRATADA se obriga em prestar os serviços, objeto deste contrato, observando prazo, qualidade e zelo dos serviços.

2.22 Assumir integralmente a responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços contratados.

2.23 Utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI'S) necessários à execução dos serviços objeto deste contrato e, se necessário custear o uso de Dosímetros e gerenciar a dosimetria nos profissionais que tiverem exposição à radiação ionizante, conforme previsto na Portaria/MS/SVS, de 01 de junho 1998.

2.24 Manter a documentação de qualificação dos profissionais médicos que atuam na prestação de serviço objeto do contrato sempre atualizados junto a direção técnica da CONTRATANTE, através dos seguintes documentos: ficha de cadastro, cópia da carteira do CRM/ES, comprovante de pagamento da anuidade do CRM/ES, currículo, foto 3x4, cópia do diploma médico, comprovante de especialidade na área de atuação objeto do contrato e comprovante de residência.

2.25 Nenhum prestador médico poderá atuar nas dependências da CONTRATANTE sem os documentos de qualificação listados no item anterior, bem como sem a devida comprovação de vínculo com a empresa CONTRATADA.

2.26 Em caso descumprimento das obrigações, a CONTRATANTE se reserva no direito de emitir notificação de descumprimento contratual à CONTRATADA, e, em havendo reincidência desta, caberá imposição de multa, iniciando em 1% (um por cento), e de forma progressiva, aumentará mais 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.

2.27 No caso da CONTRATANTE se representar em audiência por preposto, referente a processo em que a CONTRATANTE seja demandada como responsável subsidiária, arcará a CONTRATADA com indenização equivalente a R\$ 100,00 pelo tempo do preposto e R\$ 100,00 por cada testemunha arrolada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 Responsabilizar-se pela documentação e pelo correto arquivamento das informações relativas aos exames realizados.

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

3.2 Estando o objeto do presente contrato de prestação de serviços, diretamente vinculado e relacionado ao Contrato de Gestão e Operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, firmado entre a CONTRATANTE e a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, obriga-se a CONTRATANTE a efetuar o pagamento do valor devido à CONTRATADA, conforme cláusula de pagamento, contados do efetivo recebimento dos recursos financeiros, quer oriundo do Estado ou da União. Para tanto, observada a necessidade prévia da emissão de Nota Fiscal de Serviços pela CONTRATADA, que não poderá em nenhuma hipótese efetuar faturamento direto de quaisquer procedimentos a outro CONTRATANTE ou tomador eventual de serviços, incluindo o poder público, sendo esta prerrogativa exclusiva da CONTRATANTE no âmbito do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, neste Estado do Espírito Santo.

3.3 Fornecer e permitir acesso a todas as informações pertinentes e necessárias ao bom andamento dos serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA no que se referir aos processos administrativos, assim como quaisquer outras informações que tão somente digam respeito às atividades da CONTRATADA.

3.4 Disponibilizar as instalações físicas para a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

3.5 Fornecer treinamento específico para utilização dos sistemas de informação adotados pela CONTRATANTE incluindo o acesso ao Sistema de Informação MV ou outro eventual sistema a ser implantado.

3.6 Fornecer treinamento específico para protocolos, fluxos administrativos e gerenciais que julgue pertinente fazerem parte do rol de conhecimento do profissional médico que desenvolva atividades no âmbito do Hospital.

3.7 Fornecer os materiais de consumo e os medicamentos necessários à realização dos procedimentos objeto deste contrato.

3.8 Cumprir as exigências do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária e demais órgãos fiscalizadores.

3.9 Responsabilizar-se em concorrência com a CONTRATADA pela fiscalização do presente contrato.

3.10 Notificar a CONTRATADA em caso de descumprimento das suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – METAS DA QUALIDADE

4.1 A CONTRATADA deverá cumprir as metas de qualidade, estando o seu cumprimento vinculado ao pagamento mensal dos serviços prestados, conforme tabela abaixo:

COMPROMISSO	META
1.Cumprimento de agenda (pontualidade e atendimento a solicitações de exames de internados em 24h úteis)	100%
2.Garantir a disponibilização dos laudos dos exames realizados no tempo previsto (vide item 2.1 g)	100%
3.Resposta e apresentação de Plano de Ação aos Registros de Não Conformidades (RNC) abertas no setor da Qualidade em até 05 (cinco) dias úteis	100%
4.Participar de todas as reuniões convocadas pela Direção Hospitalar	100%
5. Respostas aos registros abertos na Ouvidoria em até 96 (noventa e seis) horas	100%
6. Entregar escala médica padronizada até o dia 20 (vinte) do mês subsequente	100%

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, **(descrever o valor e forma de pagamento)**.

5.1.1 Para fins de remuneração trataremos o contrato da seguinte forma:

- a) 90% do valor contratado, de forma fixa.
- b) 10% desde que cumpridas as metas da qualidade do presente contrato. Em caso de não cumprimento do compromisso em 100%, o cálculo será feito de forma proporcional a meta atingida.

5.2 Por ocasião dos pagamentos serão efetuados os descontos legais por tributos que incidam ou venham a incidir sobre a prestação do serviço contratado e efetivamente executado.

5.3 O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias do mês subsequente a prestação do serviço mediante o envio da Nota Fiscal de serviços.

5.4 É expressamente vedado a qualquer das partes desconto ou cobrança de duplicata através de rede bancária ou de terceiros, bem como a cessão de crédito dos valores objetos deste contrato ou sua dação em garantia.

5.5 Os reajustes contratuais serão negociados entre as partes e eventuais concessões condicionado e limitado ao prévio reajuste autorizado pela Secretaria de Saúde do Espírito Santo.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO CONTRATUAL

6.1 O prazo de vigência do presente contrato será de 31 de maio à 30 de julho de 2021, a contar da data de assinatura deste instrumento, ressalvando os casos de rescisão previstos na cláusula sétima.

6.2 Qualquer alteração contratual deverá ser feita mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante celebração de "Distrato" ou unilateralmente, por qualquer uma das partes, concedendo-se, nesses casos, aviso prévio de 30 (trinta) dias sendo que, nesta hipótese, não será devido qualquer tipo de multa, à parte que solicitar a rescisão, em razão dessa opção.

7.2 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, por qualquer uma das partes, sem concessão de aviso prévio na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) Justo Motivo, decorrente de condutas que levem a quebra de confiança;

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

- b) Falência, recuperação judicial, e insolvência de qualquer uma das partes.
- c) Descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste contrato; Negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé por parte da CONTRATADA ou dos profissionais no desempenho dos serviços contratados.

7.3 Imediatamente, pela rescisão do contrato de Gestão e Operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, firmado entre a CONTRATANTE e a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, hipótese em que não ocorrerão punições de qualquer natureza.

7.4 Havendo rescisão do contrato pela CONTRATANTE, e havendo cumprimento de aviso prévio, a CONTRATADA deverá deixar de efetuar a prestação de serviço no último dia de vigência do aviso prévio, sob pena de multa diária equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais).

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

8.1 A CONTRATADA é a responsável por atos ilícitos decorrentes da prestação de serviços médicos, principalmente originários de erro médico ou de diagnóstico, praticados por seus sócios, empregados e prepostos, obrigando-se a reparar danos eventualmente causados bem como em proceder a defesa da CONTRATANTE mesmo que a demanda seja, no seu entendimento, improcedente.

8.2 Havendo qualquer ação judicial em que a CONTRATANTE seja demandada por ato cuja ação ou omissão tenha ocorrido por preposto da CONTRATADA, ou em nome desta, fica neste caso a CONTRATADA obrigada em atuar ativamente na contestação da ação a ser elaborada pela CONTRATANTE bem como prestar todos os atos necessários para realização das provas recomendadas no processo.

8.3 Recebida a ação judicial proposta na forma desta cláusula, deverá a CONTRATANTE dar ciência à CONTRATADA de seus termos, cabendo a CONTRATADA elaborar minucioso relatório indicando os elementos necessários à defesa como também apresentando os documentos necessários à sua instrução, nos prazos definidos abaixo:

- a) Prazos Judiciais de até 14 (quatorze) dias – Prazo para entrega de relatório em 3 (três) dias;
- b) Prazos Judiciais a partir de 15 (quinze) dias – Prazo para entrega de relatório em 7 (sete) dias;

8.4 A CONTRATADA deverá ainda, providenciar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da solicitação, custeio de eventual prova pericial, indicação e custeio de assistente técnico bem como a elaboração de quesitos técnicos.

8.5 As obrigações descritas nesta cláusula serão devidas mesmo que a ação seja, segundo avaliação da CONTRATADA, descabida, ilegítima ou improcedente, ficando desde já ajustado que em momento algum a CONTRATANTE deverá ressarcir ou indenizar os custos aplicados pela CONTRATADA em razão das obrigações descritas nesta cláusula.

8.6 Eventualmente a CONTRATADA não elabore relatório, apresente documentos, custeie a prova pericial, indique assistente técnico, elabore quesitos para perícia, ou atenda qualquer solicitação da CONTRATANTE visando à defesa judicial, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data da solicitação, é facultado a CONTRATANTE adotar as medidas que se fizerem necessárias para tentar suprir a omissão, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA em indenizar a CONTRATANTE.

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

8.7 As mesmas regras atribuídas à CONTRATADA, de igual modo serão atribuídas à CONTRATANTE caso a CONTRATADA venha a ser arrolada no polo passivo de uma ação judicial por ato praticado por prepostos da CONTRATANTE.

8.8 Estando ambas as partes como demandadas na mesma ação, cada qual arcará com sua defesa, podendo fazê-la conjuntamente, desde que oportunamente ajustado entre as partes.

8.9 A fiscalização ou acompanhamento da execução deste contrato, não exclui nem reduz a responsabilidade de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA CONFIDENCIALIDADE PROFISSIONAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.1 As informações confiadas à contratada, tais como senhas de acesso ao sistema MV e demais informações de caráter individual são de uso pessoal e intransferível, sendo obrigação e responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a manutenção em sigilo do seu nome de usuário e senha, que não poderão ser compartilhados à terceiros, a qualquer título, e por qualquer motivo.

9.2. Neste sentido, a CONTRATADA deverá manter absoluta confidencialidade de seu nome de usuário e senha, bem como adotar todas as medidas de cautela necessárias para que tais dados não se tornem de conhecimento de terceiros, salvo consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, ou em caso de determinação judicial, hipótese em que o usuário da CONTRATADA deverá informar de imediato, por escrito, à CONTRATANTE para que esta procure obstar e afastar a obrigação de revelar as informações.

9.3 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas nesta cláusula, sujeitará a CONTRATADA, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados neste instrumento, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos comprovados pela AEBES, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

9.4 É crime divulgar conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem, bem como segredo empresarial, de que tem ciência em razão da sua função e cuja revelação possa produzir dano à CONTRATANTE e outros. Também é considerado crime atribuir-se falsa identidade para obter qualquer vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outra pessoa.

9.5 O fornecimento de falsa informação ou a utilização de informações de terceiros pode constituir crime. Em caso de dano ou prejuízo à CONTRATANTE, em função do fornecimento de falsa informação, ou utilização de informações de terceiros, a CONTRATADA se compromete a indenizar à CONTRATANTE, em ação regressiva, por todos os prejuízos suportados, incluindo a possibilidade de denúncia da lide, nos termos do artigo 125, do Código de Processo Civil Brasileiro.

9.6 Quanto a Propriedade Intelectual, o material, a documentação e outras informações desenvolvidas e entregues pela CONTRATADA passarão a ser propriedades da CONTRATANTE, podendo a esta, a seu livre critério, cedê-los ou transferi-los a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA LEI ANTICORRUPÇÃO

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

10.1 A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores. Ainda, se obrigada a CONTRATADA, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: **(i)** não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e **(ii)** adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O presente contrato é documento único que regula os direitos e obrigações entre as partes com relação aos serviços contratados, ficando cancelado qualquer outro acordo porventura existente.

11.2 É vedada a transferência deste contrato para terceiros sem a anuência expressa da CONTRATANTE.

11.3 A CONTRATADA obriga-se a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração que pretenda fazer em seu quadro funcional ou societário que implique substituição de membro(s) da equipe que efetivamente realize a prestadora dos serviços objeto do contrato.

11.4 Caso a CONTRATANTE venha a ser acionada judicialmente em razão de negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé, ou ainda, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, por parte da CONTRATADA, esta, obriga-se a responder regressivamente pelos prejuízos causados.

11.5 A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos conferidos a ambas as partes e/ou aos seus sucessores.

11.6 A CONTRATADA declara que não realizará nenhum investimento para prestação de serviço, objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO DE ELEIÇÃO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória, Estado do Espírito Santo, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando-se, desde já, a qualquer outro Foro.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

Serra/ES, (data)

	TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 034/2021 <i>(Contratações emergenciais Covid- 19)</i>	Código:		
		Data da Elaboração: 31/03/2020	Revisão:	

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE

Rodrigo André Seidel
Presidente

RAZÃO SOCIAL

Nome do responsável legal
Sócio

TESTEMUNHAS: 1ª _____	2ª _____	3ª _____
Nome Legível: 1ª Luiza Costa Macêdo	2ª Guilherme Assad Persio	Nome:
CPF/MF nº: 1ª 033.598.655-29	2ª 119.727.037-06	CPF: